

# Escrita de uma paraibanidade cultural em *Lendas e superstições* de Ademar Vidal<sup>1</sup>

## *Writing of a cultural paraibanity in Lendas e superstições of Ademar Vidal*

**Maria Joedna Rodrigues Marques**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História (UFRN/CERES). Licenciada em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/CFP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Cultura (GEPHC/CNPq) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria e Metodologia da História (CNPq).

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar a elaboração de uma identidade cultural a partir dos estudos folclóricos realizados por Ademar Vidal (1897-1986). Para isto, utilizamos o livro que sistematiza e reúne esse empreendimento vidaliano acerca dos estudos folclóricos: *Lendas e Superstições* (1949). Assim, problematizamos as espacialidades elaboradas e os elementos atribuídos a cada espacialidade: litoral, brejo e sertão. Em decorrência do volume das narrativas compiladas, usamos como método de escolha e seleção das lendas e mitos pertencentes ao contexto paraibano a partir da identificação de espaços e elementos destacados nas narrativas. Dialogamos com Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013), Stuart Hall (2006), Michel de Certeau (1998).

**Palavras-chave:** Identidade. Folclore. Ademar Vidal.

**Abstract:** This article aims to analyze the elaboration of a cultural identity based on the folkloric studies carried out by Ademar Vidal (1897-1986). For this, we used the book that systematizes and brings together this Vidalian enterprise about folk studies: *Legends and Superstitions* (1949). Thus, we problematize the elaborated spatialities and the elements attributed to each spatiality: coast, swamp and hinterland. Due to the volume of the compiled narratives, we used as a method of choosing and selecting the legends and myths belonging to the Paraiba context from the identification of spaces and elements highlighted in the narratives. We spoke with Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013), Stuart Hall (2006), Michel de Certeau (1998).

**Keywords:** Identity. Folklore. Ademar Vidal

## Introdução

O paraibano Ademar Vidal nasceu em 1897 na cidade da Parahyba, filho de Francisco de Assis Vidal e Amélia de Menezes Vidal. O contato com a imprensa ocorreu ainda no início

---

1. “Texto proveniente da pesquisa monográfica intitulada “Ademar Vidal e a produção de uma paraibanidade cultural a partir dos estudos folclóricos (1941-1949)”.

de sua adolescência para ajudar financeiramente seus pais. Atuou durante anos na redação do periódico *A União*. Em 1944, Vidal mudou-se juntamente com sua esposa Maria do Céu Lins Vidal e seus filhos para a cidade do Rio de Janeiro-RJ.

Registrar, vivenciar e narrar versões sobre a Paraíba esteve além da máquina de escrever para Ademar Vidal. Como uma forma de permanecer interligado à terra natal, resguardou-a através dos hábitos, construindo para si e expandindo aos familiares o zelo com a identidade paraibana. Essa foi também uma forma para dar continuidade à projeção intelectual construída enquanto um representante, autorizando seu discurso enquanto escritor e figura “política” desse espaço.

Seus escritos folclóricos estiveram em circulação a partir de periódicos, principalmente, nas décadas de 1940 e 1950, com destaque para a revista *Brasil Açucareiro*, *O Jornal* e o *Diário de Pernambuco*. Além de temáticas culturais, as publicações vidalianas abordaram o cenário político nacional e internacional, com destaque para a chamada “Revolução de 1930” e a “Segunda Guerra Mundial”, também apresentam discussões sobre migração, a Paraíba no âmbito sociocultural, crítica literária e outras abordagens.

O folclorista foi um tipo particular de intelectual voltado ao cenário cultural, divulgando seus estudos em periódicos de grande circulação e se organizando em torno de grupos, instituições culturais que se pautavam em organizar e sistematizar os estudos folclóricos. Como sistematiza Ewerton Wirley Silva Barros: “Em outras palavras, o folclore seria o resultado das expressões que as pessoas manifestam e que perpassam de umas para as outras através de milênios. Delimitando melhor, seria a identificação da continuidade de expressões realizadas há milênios no tempo presente.” (BARROS, 2018: 48).

Nesse campo de atuação, Ademar Vidal participou ativamente na realização de estudos folclóricos na Paraíba, destacando diversos elementos tidos como representantes de uma identidade paraibana. Perceber Ademar Vidal enquanto um folclorista é tentar analisar sua obra segundo os preceitos que estabeleceram os estudos folclóricos, percebê-lo como um construtor de um discurso, como de outros intelectuais que buscaram definir uma identidade espacial a partir dos estudos culturais.

## **A Paraíba folclórica de Ademar Vidal**

Ademar Vidal foi um intelectual paraibano que tomou para si a missão de representar e divulgar a Paraíba no cenário nacional das letras. Tornando-se um dos construtores de uma paraibanidade, marcada por um discurso folclórico. Para Vidal, a Paraíba seria composta por três espacialidades, litoral, brejo ou várzea e sertão, distintas e interligadas por um sentimento de pertença. Sua produção é carregada por elementos de dimensões sociais e culturais, principalmente, a partir de sua atuação no Movimento Folclórico Brasileiro (MFB), o movimento tratou-se de uma mobilização, nos anos 1940, de grupos intelectuais em torno de um discurso folclórico como ferramenta de elaboração de uma identidade nacional, como defende Luís Ro-

dolfo Vilhena (1997). Embora, tenha se dedicado a múltiplas atuações, visto os cargos que exerceu no Estado e ter se afastado da Paraíba em 1944, evidenciamos sua dedicação e se, construir enquanto representante de sua terra natal.

Em decorrência dos trajetos percorridos e atuações, Vidal elaborou uma Paraíba marcada por espacialidades e singularidades culturais que interligava a um sentimento de pertença, no caso amplos sentimentos de pertença, primeiro o de ser paraibano, em seguida o nordestino e por último o brasileiro. Estava delineada como meta do estudioso da cultura encontrar a identidade nacional a partir da cultura popular, foi este o caminho trilhado por Vidal.

A Paraíba vidaliana é composta pela junção das espacialidades litoral, brejo e sertão, distintas em aspectos naturais, sociais e culturais, resultando em distintas experiências. Ao mesmo tempo, interligadas por um sentimento de pertença ao espaço paraibano. Identificamos essa separação em espacialidades no livro *Lendas e Superstições* publicado em 1949 pela editora O Cruzeiro, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Ainda no prefácio, Vidal destaca:

É fabulário recolhido através de largo tempo de afetuosa continuidade de propósitos. Trabalho que encerra gostosa parcela de cuidados – e que somente pode tomar a **orientação** já indicada e depois de escritas as histórias uma a uma, aos pedaços, diria quase “penosamente”, lendo depoimentos, ouvindo-os também com **paciência** mística. Levando horas inteiras no meio daqueles que **andam descalçados**. E o que é mais: procurando ser **fiel** às deliciosas informações do povo, um povo composto de brancos, negros e mestiços com as suas danças e música de tom jovial nas cantigas penetrantes como setas, seus autos, sincretismo religioso, afinal as suas **tradições** arraigadas ou sentimentos enraizados a um passado ainda sem decifração completa. (VIDAL, 1949, p. 23, grifos nossos).

Os termos destacados fazem parte da concepção e do perfil do folclorista. Em particular, o folclorista vinculado à Sociedade Brasileira de Folclore (SBF), presidida e criada em 1941 por Luís da Câmara Cascudo, tinha como proposta sistematizar os estudos folclóricos nacionais. Orientava-se a partir dos esclarecimentos estabelecidos em seus Estatutos, o primeiro de 1942 e o segundo de 1949. Nos mesmos, havia as indicações como proceder os estudos folclóricos, a organização estrutural da SBF e posteriormente, no Estatuto de 1949, os membros da sociedade.

A citação acima demonstra o cuidado em lidar com material registrado, implicava na elaboração de uma “fidelidade” do registro, reconhecendo que tais manifestações culturais seriam dotadas de tradições vinculadas a um passado em vias do desaparecimento. Desta forma, necessitava da interferência deste sujeito estudioso preocupado com essas tradições e suas simbologias construtoras e ou representantes de um sentimento pretensamente verdadeiro e primitivo de uma nacionalidade.

O trecho citado pertence ao prefácio do livro *Lendas e Superstições* (1949) da autoria de Ademar Vidal. Escrito em 1942, mas publicado apenas em 1949, o mesmo registrou a atuação vidaliana enquanto folclorista, reunindo uma série de lendas vinculadas à região nordestina, com destaque para a Paraíba. Nesse trabalho as lendas foram divididas em três espacialidades: “mitos do litoral”, “fantasias da várzea e do brejo” e “lendas do sertão”. No prefácio, o escritor

paraibano evidenciou como teve acesso ao material coletado, a partir de coleta direta e indireta com a contribuição de seus colaboradores, em sua maioria pertencentes a uma elite letrada, visto que eram jornalistas, médicos, advogados e sacerdotes, mas também populares como vaqueiros, agricultores, vendedores etc.

Esses populares seriam os detentores das singularidades culturais de uma brasilidade, de modo que necessitavam ser ouvidos. Mas, até que ponto o foram? Ou sob quais aspectos eram reconhecidos e como foram caracterizados? São alguns questionamentos que podem evidenciar como esses sujeitos, “portadores” de uma “essência nacional”, foram tratados. Apesar de o folclorista chamar atenção para parcelas populares e reconhecer uma contribuição no processo formativo do sentimento de nacionalidade, estes sujeitos mantidos enquanto escopos de pesquisas, objetos de estudo, suas realidades foram selecionadas e significadas a partir de um discurso de interesse de uma elite letrada, seus problemas sociais não foram registrados na esteira de preocupação dessa elite.

Roger Chartier afirma que “A cultura popular é uma categoria erudita [...]” (CHARTIER, 1995: 179), porque parte desse setor a elaboração e conceituação dos termos a partir de uma relação de alteridade, visto ainda que, “[...] os debates em tomo da própria definição de cultura popular foram (e são) travados a propósito de um conceito que quer delimitar, caracterizar e nomear práticas que nunca são designadas pelos seus atores como pertencendo à ‘cultura popular.’” (CHARTIER, 1995: 179). Assim, significar o que seria popular se contrapõe com o que seria erudito, uma oposição entre a elite produtora e a autorizada diante da sociedade, marcada pela escritura, a definir seu espaço em sociedade. Desta forma, define-se os não pertencentes e as “atividades” características do “popular”. Como salienta o autor, essas definições nunca são designadas por estes sujeitos, mas atribuídos por um discurso elitista e intelectual, tal conceito podendo ser ressignificado e apropriado pelos “populares”.

Nesse viés, Martha Abreu destaca que o conceito de cultura popular é definido segundo os interesses de quem aborda e conceitua. Vinculado a um discurso político, estaria no cerne de disputas (ABREU, 2003). A autora, defende que ao utilizar o conceito é importante contextualizar o momento em que foi utilizado e por qual grupo foi significado, segundo quais concepções.

Como já evidenciado, o discurso folclórico se apropria do conceito para utilizá-lo enquanto fonte para sustentar sua própria atuação, já que atribui à cultura popular, seu inevitável “falecimento”. Necessitando, portanto, ser registrada, preservada e resguarda pelos folcloristas. Como aponta Albuquerque Júnior “O chamado dado ou fato folclórico, o dito elemento ou manifestação da cultura popular são, normalmente, vistos e ditos como se estivessem morrendo, precisando de salvação e resgate por parte dos letrados que por eles se interessam.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR 2013: 20).

Albuquerque Júnior dedicou-se a estudar a cultura popular e o folclore no livro *O morto vestido para um ato inaugural* (2013), com foco nos procedimentos e práticas dessas categorias. Afirmou que:

A fabricação do folclore e da cultura popular passa, portanto, não apenas por um processo de apropriação simbólica das matérias e formas de expressão das camadas populares por uma elite letrada, pelos folcloristas e estudiosos da cultura popular, quase todos vinculados às elites políticas dominantes nos Estados, mas passa também pela apropriação literal, material, econômica destas produções populares e seu arquivamento, seu entesouramento, sua monumentalização em locais e instituições representativas desta cultura letrada e destas elites políticas e sociais, sob o pretexto de salvá-las do desaparecimento. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 63).

A apropriação do material folclórico significou o acúmulo de um grande número de registros com a intenção de preservá-la, tornando-se fonte para as publicações dos folcloristas e base para a elaboração de discursos acerca de uma identidade nacional pautada nas tidas “tradições culturais” populares.

Acerca do posicionamento e contribuição dos populares no registro desse material cultural, Albuquerque Júnior destacou que: “[...] a invenção das tradições não é um privilégio das elites letradas; os letrados das camadas populares também participam ativamente da invenção de matérias e formas de expressão [...]” (ALBUQUERQUE JÚNIOR 2013: 66). Desta forma, o registro de uma cultura tida enquanto popular pautou-se na contribuição dos sujeitos tidos como produtores desta cultura, porém, não quaisquer sujeitos, populares letrados. Segundo o autor, a colaboração com os folcloristas pautava-se na entrega de materiais e de apresentações particulares para os estudiosos, em decorrência de algum pagamento ou pela divulgação de seu nome no material impresso. Tal material tornara-se lucrativo por alicerçar o discurso do folclorista, produzindo um saber a partir deste material, institucionalizando um novo campo de produção intelectual. Como evidencia o historiador:

Nesta busca pela versão primeira, original, autêntica, nesta procura pela manifestação inicial e pelo sujeito que lhe deu início, operam sem freios as mitologias da criação como atividade inaugural, do objeto e do sujeito que surgem já prontos em seus começos, da origem como ponto inaugural onde se encontraria localizada e recolhida toda a identidade, toda a substância, toda a essência, toda a verdade daquilo que se enuncia e se faz ver como sendo uma manifestação da cultura do povo, do folclore ou da cultura popular. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 101).

A elaboração discursiva dos folcloristas, principalmente na década de 1940, pautava-se na construção de uma nacionalidade. Aliados ao Estado, buscaram o popular por o reconhecerem como detentor de tradições que representariam um passado em extinção, atribuindo mitos de origem para essas parcelas populares. Sua existência representaria a base de uma nacionalidade que necessitava ser acolhida e demarcada antes de seu enterro. Acredita-se que “Os elementos essenciais do caráter nacional permanecem imutáveis” (HALL, 2006, p. 53). Desta forma, elabora-se um discurso pautado na permanência, na tradição e no enquadramento dos elementos detentores dessa nação. Sua essência encontrar-se-ia ali, na cultura popular.

Acerca da identidade, o sociólogo Stuart Hall aponta que não é algo fixo que pode ser continuamente atribuída a um sentido unívoco: “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro

de nós há identidades contraditórias [...], de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.” (HALL 2006: 13). Como esclarece o sociólogo, a identidade está em contínua movimentação e elaboração, não sendo possível enquadrá-la como um todo ou atribuir um sentido ou significado atemporal. Sendo formada ao longo de “processos”, a identidade mantém-se em constante formulação.

Ainda, esta tem mais relação com a preocupação particular de como somos vistos pelo outro. Esta relação com o outro estabelece a relação de alteridade, a construção de si a partir do que outro é, da diferença. Sendo assim, a identidade nacional pauta-se na elaboração discursiva sobre e para um sentimento unificador de pertença. Sentimento este que não nasce nos sujeitos, mas que construídos por vivências culturais. Nesse sentido, “[...] a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional.” (HALL, 2006: 49).

Como evidencia Hall (2006), as culturas nacionais são compostas de instituições, de símbolos e representações. Caracterizando-se enquanto um discurso capaz de alterar e conceber uma visão sobre nós mesmos, a partir de sua elaboração, um conjunto de ideias passa a circular e dar sentidos ao que seria a nação. Esses sentidos “[...] estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas.” (HALL, 2006: 51). Independentemente, das diferenças que marcam os grupos sociais, suas diversidades e heterogeneidades são desconsideradas na elaboração de uma identidade nacional. Essa unificação trata-se de um processo violento de imposição de uma cultura nacional selecionada, construída a partir de propósitos para formular um discurso homogêneo, de características tidas como mais relevantes e reveladoras da nação.

Ao refletirmos sobre esses discursos identitários nacionais, evidencia-se um novo sujeito e uma cultura específica associada a ele. Nascido entre o final do século XIX e instaurado nas primeiras décadas do século XX:

Inventa-se o sujeito portador de uma cultura nordestina e diz-se tê-lo achado em algum arquivo ou em algum lugar, já nordestinizado ou expressando a nordestinice, a dispersão de todos os começos é assim reduzida a uma identidade, a uma semelhança inicial, a um ponto de unidade de ação e de emissão unívoca de sentidos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 101-102).

O surgimento desse novo personagem no cenário nacional foi atrelado com a construção de um espaço, o Nordeste (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006). Pensar o espaço é fundamental para compreendermos sua elaboração nos escritos vidalianos, tendo em vista, sua forte ligação ao estado natal e a região nordeste. A Paraíba foi o foco de sua obra, uma Paraíba construída e narrada a partir de espacialidades específicas. Conforme Michel de Certeau (1998, p. 209) além de descrever o relato fixa, autoriza e funda espaços: “Considerando o papel do relato na delimitação, pode-se aí reconhecer logo de início a função primeira de *autorizar* o estabelecimento, o deslocamento e a superação de limites [...]” (CERTEAU 1998: 209). Desta forma, ao dedicar

sua obra a Paraíba, Ademar Vidal instaura delimitações e demarcações sobre um espaço, contribuindo com sua elaboração e divulgação, marcado por aspectos sociais e culturais, a partir de uma cultura popular recolhida.

Certeau (1998: 202) define o espaço enquanto “um lugar praticado”, ou seja, marcado por vivências, dinamicidade, movimentação e circulação de sentidos, ainda sendo “instável”, por se elaborar de acordo com ações e interações do homem sobre o lugar. Este torna-se espaço quando passa a ser vivenciado, alterado e significado, o lugar caracteriza-se como uma demarcação estável, uma ordem estabelecida, uma unidade concentrada, enquanto o espaço é mais amplo por depender de sentidos atribuídos para sua formulação. Vale ressaltar que por mutabilidade é elaborado em um determinado recorte temporal, sendo ressignificado, reconhecido ou desconsiderado a partir das próprias interações dos indivíduos atuantes nesse espaço.

O geógrafo Yi-Fu Tuan em *Espaço e lugar* (1983) argumenta que: “Espaço’ e ‘lugar’ são termos familiares que indicam experiências comuns [...] O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro.” (TUAN, 1983: 3) . O lugar mantém-se enquanto uma necessidade humana, a partir deste estabelece relações afetivas e de experiências que o acolhe e abriga; o espaço caracteriza-se por se tratar de uma categoria mais ampla.

O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] As ideias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar. (TUAN, 1983, p. 6).

As experiências e as relações dos indivíduos com essas categorias formulam concepções sobre essas categorias e conseqüentemente interferem nas próprias relações sociais. Estimulando novas concepções e significados a partir da dinamicidade elaborada pelos sujeitos com o seu entorno.

Sendo assim, a elaboração de um espaço está vinculado com os sujeitos que passam a dar sentido aos lugares, como ocorre com a região Nordeste, montada por diversos discursos, particularizada a partir de elementos tidos como característicos da região, a partir da afirmação e imposição de dadas manifestações culturais. O espaço não se caracteriza como neutro ou homogêneo. No seu processo de definição e instauração, determinadas falas são reconhecidas e outras são silenciadas, assim como algumas vivências foram enaltecidas e tidas enquanto fabricantes de uma identidade, outras foram isoladas e postas de lado.

O espaço nordestino passou a ser caracterizado a partir de diversos elementos, vivências e sujeitos, primariamente, demarcados em espacialidades específicas. A partir da década de 1920 do século passado, passaram a formular a região Nordeste (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011) . Podemos perceber, por exemplo, essa articulação na obra vidaliana ao desenvolver pesquisas culturais na Paraíba ou em algumas localidades do estado de Pernambuco, mas que são atribuídas a toda região Nordeste. Ou seja, o folclorista toma seu espaço como representante de

uma espacialidade maior, demarcando a instauração de espaços.

Evidenciamos a reimpressão de diversos textos contidos em *Lendas e Superstições* (1949) em alguns periódicos, como na revista *Brasil Açucareiro* que esteve em circulação entre as décadas de 1930 e 1980. No acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN), localizamos 22 textos da autoria de Ademar Vidal, publicados entre 1943 a 1945, nos seguintes volumes e números: 1943: v. 22, nº6; 1944: vol. 23, nº17, vol. 24, nº17; 1945: vol. 25, nº17, vol. 26, nº10. Os artigos foram divididos em duas abordagens: o folclore canavieiro e do engenho, publicados em 1943, no primeiro semestre de 1949 e no segundo semestre de 1945; e, como proposta da própria revista, a segunda temática foi a história do açúcar na Paraíba, publicados no segundo semestre de 1944 e primeiro semestre de 1945.

Diversos artigos vidalianos foram publicados repetidamente em jornais como *Jornal do Comércio* (AM), *Diário de Pernambuco* (RJ), *O Jornal* (RJ), entre outros. Em decorrência das constantes publicações em diferentes periódicos, mas em datas próximas. Constatamos a repetição de seus textos. Observamos um número considerável de publicações nas décadas de 1940 e 1950, acerca de diversas temáticas, mas com foco no cenário nordestino ou paraibano; bem como, sobre aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, textos vinculados ao cenário paraibano e com enfoque nas dimensões culturais, partindo da colheita de material folclórico.

Como forma de compreender a instauração das espacialidades atribuídas à Paraíba por Ademar Vidal, utilizamos o livro *Lendas e Superstições*, publicado em 1949, e trata-se de uma coletânea de mitos e lendas de credence popular. O livro foi dividido em três capítulos, a partir de espacialidades que segundo Vidal formava a Paraíba: litoral, várzea ou brejo e sertão. Essa publicação reúne o trabalho folclórico vidaliano, tratando-se de uma compilação do material recolhido a partir de colaboradores e diretamente com populares, provavelmente, as que abordam o brejo foram recolhidas na fazenda da família Lins, pertencente aos familiares da esposa de Ademar Vidal, Maria do Céu Lins Vidal, prima do escritor paraibano José Lins do Rego.

## **Lendas e Superstições: uma coletânea folclórica**

O livro *Lendas e Superstições* (1949) foi dividido em três capítulos: *Mitos do litoral*, *Fantasia da várzea e do brejo* e *Lendas do sertão*. O livro possui 161 narrativas folclóricas. Vidal (1949: 19) evidenciou no prefácio um dos interesses na elaboração desta obra: “Quem se disponha a pesquisar a evolução do conto popular, das lendas e mitos em nosso país, através da literatura ou da tradição oral, há-de achar campo vastíssimo para observações em que os acontecimentos sociais colaboram fortemente.”. Para ele, a partir desse material, poderia se ter uma percepção de aspectos sociais que se encontram entrelaçados na psique dos sujeitos. Para ter acesso a esse material, o autor destaca duas fontes, a literatura e a oralidade, como aponta Albuquerque Júnior (2013: 35):

Um dos procedimentos fundamentais na invenção do folclore e/ou da cultura popular, como de resto da invenção do folclore e da cultura popular no Ocidente, será a captura da oralidade pela

escritura. As manifestações culturais que serão nomeadas como populares, as matérias e formas de expressão que serão escolhidas pelos letrados, pelos folcloristas e etnógrafos para representarem o que seria a produção cultural popular se caracterizavam pela prevalência da oralidade, pelo predomínio de atividades semióticas que tinham na transmissão e na performance oral a base de sua permanência no tempo e também de sua execução. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 35)

Em carta enviada a Câmara Cascudo de 23 de janeiro de 1943, Ademar Vidal relatou sua andança na fazenda dos pais de sua esposa, por lá recolhera material: “Andei fora da capital bem um mês, lá na fazenda, andando a cavalo, no meio dos animais, vendo o engenho moer (Engenho Novo) e a conversar com o povo. Colhi minhas notas.” (VIDAL, 1943, s.p.).

Acerca da transmissão dessas narrativas orais, elas estão carregadas de modificações, ganhando contornos e adaptações em decorrência da própria natureza da oralidade e da migração dos sujeitos e dos mitos. Destacam-se também por seu caráter instrutivo ao ensinar e amedrontar os sujeitos a partir das lendas e superstições repassadas, como pode ser observado nos constantes fantasmas e elementos da natureza que são destacadas ao longo da coletânea abordada.

Vidal evidenciou a circulação desses contos populares ao longo do país, destacando, por exemplo, a influência dos europeus na produção dos mesmos, a partir de personagens que se fixam no imaginário pela difusão dessas narrativas ao longo da migração e circulação desses sujeitos no território nacional. Essas fusões acrescentam elementos e sujeitos ao imaginário, modificando alguns aspectos das lendas, mas mantendo uma pretensa essência. Com relação às essas mudanças, o autor destacou que:

A nossa orientação foi a de apego ao que já se acha nacionalizado, que não deixa mais ranço notável de superveniências estrangeiras, preponderando o desejo de mostrar o luxo de imaginação do brasileiro popular, tão espontâneo nos depoimentos – o indivíduo rural ou aquele homem que anda de pés descalços, que não tem instrução, temente a Deus que trabalha para comer e come mal ou sub-alimentado (*sic*) que ele é, ignorante e, por isso mesmo, grande conhecedor de espectros que surgem de repente, arrepiando cabelo e trazendo frio a correr célere pela espinha do corpo. É precisamente quando se vai ver quem tem coragem. [...] Não são apenas os estrangeiros que deturpam essas criações folclóricas. Os brasileiros se apresentam como uns bons mestres. [...] não são perfeitamente iguais quando relatadas no Piauí ou Pernambuco, Paraíba ou Bahia, Rio Grande do Norte ou Ceará. Modificam-se, passam a experimentar marcantes tendências do meio, surgindo outras e novas modalidades nos detalhes, mas honestamente conservando os traços primitivos e principais. (VIDAL, 1949, p. 20).

O paraibano destacou o popular como portador dessa essência, caracterizado enquanto uma figura notadamente rudimentar, bruto e irregular. Nestes personagens seria possível encontrarmos os traços de uma essência nacional, em sua imaginação carregariam a própria identidade de seus espaços.

Para ter acesso à multiplicidade de material, Vidal contou com uma rede de colaboradores, destacando agradecimentos ao final do prefácio do livro a uma série de letrados e populares que, como aponta, “[...] colaboraram todos conjuntamente na quase totalidade das histórias contidas neste livro de contos populares, lendas e superstições.” (VIDAL, 1949: 23). Ainda nos agradecimentos iniciais dedica o livro a Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Luís da Câmara

Cascudo, José Lins do Rego, Joaquim Ribeiro e seu irmão Francisco Vidal Filho. Esses sujeitos fizeram parte dos ciclos intelectuais dos quais o paraibano atuou, construindo, uma rede de sociabilidades e amizade de correspondência.

Pensando nas interações dos indivíduos com seus espaços de vivências e a própria elaboração do material folclórico a partir desses espaços, o autor defendeu que “[...] jamais falta o sinal característico da área em que foi gerado o mito ou onde houve motivo para criação do mito. Ou do conto popular. Distingue-se claramente.” (VIDAL, 1949: 23). Por isso, na obra que celebra sua atuação enquanto folclorista estabelece espacialidades “[...] cada um[a] com o seu feitio típico [...]” (VIDAL, 1949: 20) para lendas, contos e mitos, que em sua maioria estão vinculados à Paraíba ou ao Nordeste.

Vidal evidenciou as distinções entre os sujeitos de cada espaço:

[...] o homem litorâneo não se parece nada com o da zona brejeira – e os dois, por seu turno, se acham bem mais distantes de outro tipo humano, que é o sertanejo, diferente em qualquer parte do país aonde esteja, porém todos os três iguais: um só e apenas quando encarado nas suas linhas psicológicas profundamente brasileiras. (VIDAL 1949, p. 23)

Cada região mantém versões e visões pautadas em interesses particulares de representar suas vivências. Ao mesmo tempo, essas distinções são amenizadas ou ressignificadas quando se pensa uma identidade nacional, como se houvesse uma ligação harmônica entre os povos desses múltiplos espaços que permite caracterizar e formar um sentimento nacional.

As espacialidades teriam suas características que definiriam um tipo de elaboração cultural, inspirados por elementos do dia a dia de ordem natural e social. Desta forma, as narrativas folclóricas do litoral se caracterizam por apresentarem como elementos de destaque as praias; na várzea ou brejo destacaram-se os engenhos, a sociedade patriarcal e as marcas deixadas pela escravidão; o sertão seria associado à escassez de água, os rios e os animais.

O primeiro capítulo Mitos do litoral é constituído por 55 mitos acerca do litoral, dos quais 16 não apresentam uma localidade específica, 2 vinculados ao estado de Pernambuco, 6 referem-se ao Nordeste e os demais tratam-se do litoral paraibano. Apesar do volume, os mitos apresentam certos elementos em comum, como conventos, igrejas e ruas da capital paraibana, os fantasmas e suas aparições nas praias e na cidade, além de animais voltados à fauna litorânea.

Essas narrativas apresentam uma série de características em comum, apesar de suas singularidades e personagens distintos. Concentram-se em aspectos voltados para o mar, às águas de modo geral, vinculando-se a aspectos religiosos (a circulação de entidades pelas igrejas), tendo como sujeito característico deste espaço o pescador. Dessa forma, a natureza seria a essência do litoral. As entidades ajudariam ainda no controle da cidade ao amedrontar os indivíduos que se encontravam fora de suas casas nas madrugadas.

Assim, a identidade do litoral estaria atrelada ao mar e as vivências em torno das águas. As personagens e seus mitos representam uma tentativa de ensinar a lidar com as características desse espaço. Eles atuariam como protetores dessa natureza e seriam a partir do medo criado sobre esses, motivos para afastar o homem de possíveis acidentes vinculados à água.

O segundo capítulo *Fantasia da várzea e do brejo* contém 61 narrativas. A maioria vincula-se ao engenho e às vivências em seu entorno, com destaque para os negros escravizados e para o senhor de engenho, além dos animais e crenças religiosas. De modo geral, não apresentam uma referência espacial definida, atribuindo-se genericamente ao engenho ou enquanto lenda comum no Nordeste. Em relação ao engenho, destacam-se alguns, como o Engenho Novo, o Engenho de Banguê e o Engenho de Santo André.

O engenho, seu cotidiano e os sujeitos que atuavam nele são as características principais nas narrativas voltadas para a várzea ou brejo. Desta forma, os negros escravizados, suas atividades de lazer e de trabalho, os senhores de engenho, os castigos físicos, a produção de garapa e açúcar e o próprio declínio do engenho são os fios condutores de elaboração de mitos e lendas. As entidades particularizam-se por estarem atreladas diretamente com esse espaço, seriam feitores, escravizados ou proprietários que, como resultado de suas ações deveriam continuar vagando. A várzea seria o espaço que abrigaria a produção econômica marcante da Paraíba, também com fortes marcas da escravidão nas relações sociais.

O último capítulo *Lendas do sertão* contém 45 narrações, caracterizando-se por apresentar uma série de elementos, evidenciando a relação do sertanejo com a água, com a natureza, com os animais, com as crenças religiosas e com os povos indígenas da região. As lendas são vinculadas ao Nordeste quando comum em outros estados. Algumas apresentam a cidade ou região em que ocorrem, como Piancó, Catingueira, Cariris Novos e Cariris Velho.

No sertão haveria, como aspectos que entrelaçam suas histórias populares, o forte apego religioso, em particular ao catolicismo, o apego à terra como fonte de subsistência e de prosperidade e, ainda, uma forte relação com a natureza. Da terra à água, o sertão se voltaria para esses bens tanto nos aspectos de sobrevivência, onde o meio rural é tido como base para a economia. O sertão seria religioso, esperançoso e lastimado com os efeitos da seca. A água como bem maior teria suas entidades protetoras, assim, como as matas.

## Considerações finais

O que seria a Paraíba na ótica vidaliana? Dotada de singularidades culturais, ao mesmo tempo entrelaçada com as manifestações culturais presentes ao longo da região Nordeste. A Paraíba vidaliana é composta por espacialidades que elaboraram sujeitos distintos.

O litoral seria marcado por uma preocupação em proteger a natureza, o comportamento cidadão, buscando através das lendas e mitos elaborar uma harmonia entre cidade e natureza. Também sendo o local de pertença de Ademar Vidal, já que passou boa parte da vida morando em João Pessoa, o que resulta em um destaque do espaço, ou uma abordagem mais branda em relação às outras regiões. Por isso, os personagens sobrenaturais aparecem como defensores e/ou protetores das condições naturais, em particular o mar. Seria nesse aspecto de preservação de uma ordem, que necessitaria de entidades e enredos que ensinassem ou propagassem a preocupação com os bens naturais.

Marcado pela presença dos grandes engenhos, a presença do negro escravizado, o bre-

jo seria a fonte financeira do estado. As fazendas canavieiras e o conseqüente contato com o campo influenciaram as narrativas populares. Como evidenciou em correspondência, Vidal utilizara de alguns momentos, ao visitar os familiares da sua esposa, no Engenho Novo para coleta folclórica.

Ainda, a região brejeira seria marcada pela supersticiosidade, principalmente, pela escravidão nos engenhos. O medo estaria pautado nas ações dos sujeitos durante a vida, caso não fossem boas ações, haveria conseqüências após a morte. Vidal teve forte influência do movimento regionalista. Destacando a presença do negro, características econômicas e as tidas bases que caracterizariam o Nordeste. Seu contato com as fontes brejeiras parte de uma condição familiar, mas que é fundamentada em um projeto intelectual.

O sertão estava mais distante de Vidal em decorrência da sua vivência no litoral da Paraíba. O que não diminuiu ou impediu seu interesse pela região sertaneja. Desta forma, desenvolveu e divulgou questionários sobre as vivências sertanejas. O sertão vidaliano é marcado pelo mundo rural, sendo seu povo apegado à terra e aos efeitos da seca.

A visão sobre o sertão também faz parte de um processo de alteridade, visto que as espacialidades litoral e sertão foram elaborados em oposição, “Ambas foram categorias complementares porque, como em um jogo de espelhos, uma foi sendo construída em função da outra, refletindo a outra de forma invertida...” (AMADO, 1995: 149). Como aponta a autora, a elaboração da categoria sertão foi estabelecida como contraponto com o litoral e vice-versa.

Como aponta Albuquerque Júnior: “[...] o material que é escolhido pelos folcloristas para fazer parte de seus livros ajuda a fixar o que seria a identidade de cada espaço que este material toma como sendo objeto de sua atividade literária ou artística.” (2013: 112). Assim, ao selecionar lendas e mitos que se caracterizariam por apresentar elementos da imaginação dos indivíduos produtores e/ou reprodutores, há o interesse de captar elementos de uma singularidade espacial e de compreender também a formação desse indivíduo no seu determinado espaço. Como evidenciam Certeau e Yi-Fu Tuan, o espaço é praticado, são as vivências e singularidades elaboradas em seus lugares de pertença que constroem um sentido amplo de espaço e de identidade.

Sendo assim, a Paraíba vidaliana é uma multiplicidade de espaços, vivências e elaborações culturais. O seu trabalho enquanto folclorista deve ser compreendido dentro das próprias regras e orientações desse perfil em sua época de atuação, década de 1940. O contato com os estudos folclóricos ganharam uma orientação em sua obra a partir da SBF e da Sociedade Paraibana de Folclore (SPF) presidida e criada por Vidal. A cultura popular seria a matéria base para se pensar e construir um sentimento de nacionalidade, embora hierarquize uma determinada parcela, atribuindo-lhe, primeiramente, o signo de atraso e de falecimento. Os folcloristas perceberam o popular como elemento e produtor de uma singularidade cultural. Eles enxergam um papel desenvolvido pelo popular.

Como Vidal elencou cada região mantém versões e visões pautadas em interesses particulares de representar suas vivências. Ao mesmo tempo, essas distinções são amenizadas ou ressignificadas quando se pensa uma identidade nacional, como se houvesse uma ligação har-

mônica entre os povos desses múltiplos espaços que permite caracterizar e formar um sentimento nacional.

## Referências

ABREU, Martha. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 83-102.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes*. 3. ed. Recife: FJN: Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *O morto vestido para um ato inaugural: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular*. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

BARROS, Ewerton Wirlley Silva. *Nos enredos do folclore: Luís da Câmara Cascudo no movimento folclórico brasileiro (1939-1963)*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, Cajazeiras, 2018.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: Eduel, 2013.

VIDAL, Ademar. [Carta] João Pessoa. Destinatário: Luís da Câmara Cascudo. Natal, 23 jan. 1943. 2 f. Visões vidalianas sobre o Folclore.

VIDAL, Ademar. *Lendas e superstições*. Rio de Janeiro: O cruzeiro, 1949.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Funnarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

**Submetido em: 02/08/2020**

**Aprovado em: 25/11/2020**